



C A P Í T U L O 3

ENSINO SUPERIOR E EVASÃO ACADÊMICA: DESAFIOS À PERMANÊNCIA E À INCLUSÃO EDUCACIONAL

Elane Maria Beserra Mendes

Mestra em Gestão em Saúde pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Especialista em Planejamento e Gestão do SUAS pelo UNINTA. Administradora. Membro da Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem da OAB Subseção Sobral/CE. Perita Social pela Justiça Federal. Professora Formadora para os Cursos de Graduação a Distância (UVA-UAB/CAPEs)
<http://lattes.cnpq.br/8987766904267418>
Centro Universitário Inta – Uninta, Sobral – CE, Brasil

Carlos Natanael Chagas Alves

Mestre em Gestão em Saúde pela Florida Christian University (2022). Graduado em Fisioterapia (UNINTA), Especialista em Saúde Pública com ênfase em Saúde da Família (Lato Sensu)
<http://lattes.cnpq.br/5357749886200158>
Centro Universitário Inta – Uninta, Sobral – CE, Brasil

Claudia dos Santos Costa

Coordenadora do Projeto de Mediação de Conflitos Familiares executado através da parceria entre Defensoria Pública do Estado do Ceará e Centro Universitário INTA (UNINTA). Assistente Social. Advogada
<http://lattes.cnpq.br/5296262306686122>
<https://orcid.org/00-00-0001-7636-6787>
Centro Universitário Inta – Uninta, Sobral – CE, Brasil

Liana Liberato Lopes

Coordenadora do curso de Letras EAD do Centro Universitário INTA - UNINTA. Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará (PPGE/UFC). Pedagoga. Licenciada em Letras
<http://lattes.cnpq.br/3107774650128454>
<https://orcid.org/0000-0003-3738-2631>
Centro Universitário Inta – Uninta, Sobral – CE, Brasil

Marta Elisa Bendor

Mestre em Administração, Universidade Vale do Itajaí - UNIVALI; Especialista em Marketing, Universidade Federal do Ceará - UFC; Bacharel em Administração pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Professora do Centro Universitário INTA (UNINTA)
<https://lattes.cnpq.br/848733836802523>
<https://orcid.org/0000-0001-8790-136X>
Centro Universitário Inta – Uninta, Sobral – CE, Brasil

Marcio Aurélio Frota Pereira

Doutor em Economia. Professor do curso de Administração presencial
e do curso de gestão financeira do EAD – UNINTA
<http://lattes.cnpq.br/0040908407871446>
<https://orcid.org/0009-0009-3671-7947>
Centro Universitário Inta – Uninta, Sobral – CE, Brasil

RESUMO: A evasão discente na Educação Superior representa um dos desafios mais persistentes e complexos do sistema educacional brasileiro, implicando perdas significativas para os estudantes, para as instituições e para a sociedade. A metodologia adotada combina com as abordagens qualitativa e quantitativa, utilizando a análise bibliográfica, e fontes secundárias como o Censo da Educação Superior (INEP; SEMESP) que analisam os fatores da evasão estudantil no ensino superior; com foco nas dimensões socioeconômicas, acadêmicas, institucionais e subjetivas que interferem na permanência ou no abandono dos cursos. O estudo busca compreender como desigualdades históricas e processos de democratização não igualitária influenciam o acesso e a permanência nas instituições. A análise evidencia que, embora avanços tenham sido alcançados na expansão do ensino superior, a permanência estudantil ainda é marcada por fortes desigualdades sociais e por fatores institucionais, como ausência de políticas de acolhimento, apoio pedagógico e assistência financeira. Identificou-se que os cursos com maior seletividade e prestígio social tendem a concentrar estudantes de perfis socioeconômicos mais elevados, apresentando taxas de evasão diferenciadas em comparação a cursos de menor rentabilidade e visibilidade social, nos quais predominam alunos de meios menos favorecidos. Observou-se ainda que os índices de evasão variam entre modalidades de ensino: taxas entre 25% e 28% nos cursos presenciais e entre 33% e 36% no ensino a distância (EAD), com percentuais de 45% a 50% de abandono ao se considerar o percurso completo por coortes. Conclui-se que a evasão discente no ensino superior é um fenômeno multifatorial que não pode ser compreendido apenas como “fracasso individual” dos estudantes, mas como resultado de múltiplas dimensões inter-relacionadas. Dessa forma, o estudo contribui para o debate contemporâneo sobre a importância de estratégias institucionais efetivas que assegurem não apenas o ingresso, mas também a conclusão dos cursos superiores, reforçando o compromisso social das instituições com a formação de profissionais qualificados e cidadãos críticos e participativos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Superior, Evasão discente, Permanência estudantil, Políticas institucionais.

HIGHER EDUCATION AND ACADEMIC DROPOUT: CHALLENGES TO EDUCATIONAL PERMANENCE AND INCLUSION

ABSTRACT: Student dropout in Higher Education represents one of the most persistent and complex challenges of the Brazilian educational system, entailing significant losses for students, institutions, and society. The methodology adopted combines qualitative and quantitative approaches, using bibliographic analysis and secondary sources such as the Higher Education Census (INEP; SEMESP), which examine the factors behind student dropout in higher education. The study focuses on socioeconomic, academic, institutional, and subjective dimensions that influence students' persistence or withdrawal from programs. It seeks to understand how historical inequalities and unequal democratization processes affect access to and retention in institutions. The analysis reveals that, although progress has been made in expanding higher education, student retention remains strongly marked by social inequalities and institutional factors, such as the lack of welcoming policies, pedagogical support, and financial assistance. It was identified that programs with greater selectivity and social prestige tend to attract students from higher socioeconomic backgrounds, showing different dropout rates compared to programs with lower profitability and social visibility, which are mostly attended by students from less privileged backgrounds. The study also observed that dropout rates vary across modalities: between 25% and 28% in on-campus courses and between 33% and 36% in distance education (EAD), with abandonment rates reaching 45% to 50% when considering full cohort trajectories. It is concluded that student dropout in higher education is a multifactorial phenomenon that cannot be understood merely as students' "individual failure," but as the result of multiple interrelated dimensions. In this way, the study contributes to the contemporary debate on the importance of effective institutional strategies that ensure not only access but also completion of higher education programs, reinforcing the social commitment of institutions to the training of qualified professionals and critical, participatory citizens.

KEYWORDS: Higher Education, Student dropout, Student retention, Institutional policies.

1. INTRODUÇÃO

A educação superior é reconhecida como um pilar essencial para o desenvolvimento socioeconômico e científico de um país, contribuindo significativamente para a formação de profissionais qualificados e para o avanço da cidadania crítica e ativa. Entretanto, um dos principais desafios enfrentados pelas instituições de ensino superior (IES) brasileiras é o elevado índice de evasão estudantil. Trata-se de um

fenômeno multifacetado que compromete não apenas os investimentos públicos e privados realizados, mas também o projeto de vida dos estudantes e a própria qualidade da formação acadêmica.

De acordo com dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2022), a taxa de permanência dos alunos no ensino superior, sobretudo nas modalidades de ensino a distância, continua sendo um dos principais gargalos enfrentados pelas políticas educacionais. As causas da evasão são complexas e variam conforme o perfil do aluno, o tipo de instituição, a área do curso e a modalidade de ensino. Conforme destaca Mainardes e Tello (2016), compreender esse fenômeno requer uma análise que leve em conta as dimensões socioeconômicas, institucionais e pedagógicas, pois elas influenciam diretamente na permanência e no sucesso acadêmico dos estudantes.

Entre os fatores mais recorrentes relacionados à evasão, destacam-se: a necessidade de conciliar estudo e trabalho, a falta de apoio financeiro, a carência de políticas de acolhimento e acompanhamento pedagógico, o distanciamento entre teoria e prática no ensino, bem como o despreparo emocional e acadêmico dos ingressantes. Para Alves e Rocha (2018), é fundamental que as IES adotem estratégias que promovam a inclusão, a flexibilização curricular e o fortalecimento de vínculos entre estudantes, professores e a instituição, a fim de minimizar os riscos de desistência.

O cenário se torna ainda mais preocupante quando se observa que muitos estudantes ingressam no ensino superior como a primeira geração de sua família a acessar esse nível educacional. Essa condição, embora represente um avanço importante em termos de democratização, também evidencia a necessidade de um suporte institucional mais robusto, voltado à adaptação do estudante à cultura universitária e ao desenvolvimento de competências acadêmicas básicas. Nesse sentido, a evasão não pode ser compreendida como um problema exclusivamente individual, mas como um reflexo de desigualdades sociais mais amplas e de falhas estruturais no sistema educacional.

À luz dessas problemáticas, este artigo, de natureza bibliográfica, tem como objetivo analisar os principais fatores que contribuem para a evasão na educação superior, dialogando com estudos contemporâneos e com dados oficiais sobre o tema. A proposta é compreender os desafios que impactam a permanência estudantil e, a partir disso, refletir sobre possíveis caminhos que possam ser trilhados pelas IES no enfrentamento à evasão, promovendo ambientes de aprendizagem mais inclusivos, acolhedores e academicamente sustentáveis.

2. METODOLOGIA

A presente investigação configura-se como uma pesquisa de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa e caráter exploratório, fundamentando-se em produções acadêmicas já publicadas para refletir sobre os fatores que contribuem para a evasão no ensino superior brasileiro. Tal escolha metodológica permite compreender a complexidade do fenômeno em sua multiplicidade de causas, desdobramentos e implicações, sem a realização de trabalho de campo ou coleta de dados empíricos diretos.

A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2019), consiste no levantamento, seleção e análise de obras relevantes, como livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais, com o objetivo de aprofundar o conhecimento acerca do tema investigado e construir um referencial teórico consistente. No caso deste estudo, foram utilizados exclusivamente textos extraídos de arquivos previamente disponibilizados, os quais trazem discussões atuais sobre a evasão acadêmica e os desafios enfrentados pelas instituições de ensino superior na garantia da permanência estudantil.

A abordagem qualitativa foi adotada por se tratar de uma estratégia que valoriza a interpretação de fenômenos sociais e educacionais em seus contextos históricos e subjetivos. Segundo Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa parte da premissa de que a realidade é construída socialmente, sendo necessário compreender as perspectivas envolvidas por meio de uma análise descritiva, reflexiva e interpretativa. Dessa forma, a evasão universitária foi tratada não apenas como um dado estatístico, mas como um processo permeado por fatores estruturais, emocionais, institucionais e culturais.

Quanto ao seu delineamento, trata-se de uma pesquisa exploratória, tendo em vista que se propõe a investigar um problema atual e complexo, a evasão no ensino superior, com o objetivo de identificar causas, levantar hipóteses e reunir elementos que possam subsidiar a formulação de políticas e práticas educativas mais eficazes. De acordo com Severino (2016), esse tipo de estudo é apropriado quando se busca ampliar o entendimento sobre uma temática ainda pouco discutida em determinados contextos ou sob determinadas perspectivas.

O corpus bibliográfico foi composto por referências selecionadas a partir dos arquivos enviados, os quais reúnem textos acadêmicos recentes que abordam o fenômeno da evasão em diferentes dimensões: socioeconômica, institucional, pedagógica e subjetiva. As leituras foram organizadas em eixos temáticos que estruturam o referencial teórico do artigo, buscando refletir criticamente sobre os determinantes da evasão e as possíveis estratégias de enfrentamento no âmbito da educação superior pública e privada.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Evasão no Ensino Superior: Uma Problemática Multifacetada e Contemporânea

A evasão no ensino superior brasileiro constitui uma problemática complexa, recorrente e desafiadora, que atravessa múltiplas dimensões da experiência educacional e revela fragilidades estruturais que impactam diretamente a democratização do acesso e da permanência dos estudantes nas instituições de ensino. Em um contexto de ampliação das matrículas no ensino superior, impulsionado por políticas públicas de inclusão, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), a permanência dos estudantes ainda se mostra vulnerável diante de inúmeros fatores que transcendem o espaço institucional e dialogam com aspectos socioeconômicos, culturais, emocionais e pedagógicos.

Segundo Cunha (2007), a evasão no ensino superior não pode ser compreendida como um evento isolado ou resultado exclusivo da ineficiência dos estudantes. Pelo contrário, trata-se de um processo multifatorial que envolve desde a ausência de políticas institucionais efetivas de acolhimento e apoio psicopedagógico, até limitações financeiras, incompatibilidade entre expectativas e realidade do curso, dificuldades de adaptação ao ambiente universitário e problemas relacionados ao ensino básico deficiente. O referido autor classifica os fatores de evasão em três grandes eixos: institucionais, individuais e externos. Os institucionais dizem respeito à infraestrutura precária, metodologias pedagógicas desatualizadas e falta de acompanhamento acadêmico personalizado. Os fatores individuais envolvem a escolha equivocada do curso, falta de identificação com a área de estudo e baixa autoestima acadêmica. Já os fatores externos, de natureza social e econômica, incluem a necessidade de trabalhar para se sustentar, ausência de apoio familiar e carência de políticas públicas que garantam condições reais de permanência.

O cenário se agrava quando se observa o perfil socioeconômico de boa parte dos estudantes que ingressam no ensino superior brasileiro. Para Santos (2014), a chegada de alunos oriundos das classes populares às universidades, muitas vezes, é marcada por uma dupla vulnerabilidade: a acadêmica, relacionada à defasagem da educação básica, e a cultural, que diz respeito ao não pertencimento ao espaço universitário. Esses estudantes frequentemente são os primeiros de suas famílias a ingressar no ensino superior, o que implica rupturas simbólicas, emocionais e sociais, exigindo deles um esforço contínuo de adaptação e resiliência.

Dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apontam que mais da metade dos estudantes que ingressam na graduação acabam abandonando o curso antes da sua conclusão (BRASIL, 2016).

Essa estatística evidencia a necessidade urgente de revisão das práticas pedagógicas, dos currículos e das ações de suporte psicopedagógico oferecidas pelas instituições, bem como da ampliação de políticas públicas voltadas à assistência estudantil e à equidade no ensino superior.

Além disso, Dias Sobrinho (2003) ressalta que a evasão deve ser entendida como um sintoma de um sistema educacional excludente, no qual a meritocracia camufla desigualdades históricas. Para o autor, o enfrentamento da evasão requer uma perspectiva que considere a educação como um direito social, e não apenas como um serviço ofertado sob lógica mercadológica. Portanto, é fundamental que as instituições adotem práticas de escuta ativa, flexibilização curricular, políticas de apoio financeiro e estratégias de ensino mais significativas e contextualizadas, capazes de fomentar o engajamento e a permanência dos estudantes.

Sob essa perspectiva, a evasão na educação superior assume uma natureza sistêmica e deve ser analisada à luz de múltiplos condicionantes. Ela não apenas interrompe trajetórias individuais de formação, mas também compromete o desenvolvimento socioeconômico regional, sobretudo em localidades que dependem da formação de capital humano qualificado para impulsionar políticas públicas e iniciativas inovadoras. Assim, combater a evasão implica repensar o modelo de ensino adotado, fortalecer os vínculos afetivos e pedagógicos entre docentes e discentes, e construir uma cultura universitária inclusiva, sensível às diferenças e promotora de justiça educacional.

3.2 Fatores Internos e Externos que Influenciam a Evasão no Ensino Superior

A evasão no ensino superior é um fenômeno complexo que resulta de uma teia de fatores interligados, os quais envolvem tanto aspectos internos às instituições de ensino quanto variáveis externas, de ordem socioeconômica e cultural. Trata-se de um desafio persistente na educação brasileira, que não apenas compromete o investimento público e privado na formação profissional, mas, sobretudo, representa uma ruptura no projeto de vida de milhares de estudantes que iniciam suas trajetórias acadêmicas com expectativas de ascensão social e realização pessoal.

De modo geral, os fatores internos dizem respeito às condições oferecidas pelas instituições de ensino superior (IES), englobando desde a estrutura física e os recursos pedagógicos disponíveis até o acolhimento institucional e o relacionamento interpessoal estabelecido entre docentes, discentes e demais atores da comunidade acadêmica. Cunha (2007) observa que instituições que não oferecem suporte psicopedagógico, ambientes inclusivos, metodologias ativas e acompanhamento acadêmico contínuo tendem a favorecer sentimentos de desmotivação, isolamento e inadequação por parte dos estudantes, especialmente daqueles que enfrentam maiores vulnerabilidades sociais e emocionais.

Adicionalmente, currículos pouco flexíveis, carga horária excessiva, ausência de articulação entre teoria e prática, práticas docentes pouco interativas e avaliações excludentes configuram um ambiente hostil à permanência estudantil. Esses elementos fragilizam o engajamento acadêmico e comprometem a identificação dos estudantes com o curso, levando muitos a abandonar a formação antes de sua conclusão. Para Ribeiro (2008), o modo como o processo formativo é conduzido internamente tem influência decisiva na construção ou desconstrução dos vínculos com a vida universitária.

Por outro lado, os fatores externos se apresentam como forças igualmente potentes na decisão de permanência ou evasão, especialmente entre os estudantes de camadas populares. Santos (2014) salienta que questões como a necessidade de conciliar trabalho e estudo, a ausência de suporte financeiro familiar, a falta de políticas públicas efetivas de assistência estudantil, além de dificuldades de deslocamento e problemas de saúde mental, constituem obstáculos reais e frequentes. Esses fatores, muitas vezes invisíveis aos olhos da gestão institucional, estão profundamente arraigados nas condições estruturais de desigualdade que permeiam a sociedade brasileira e impactam diretamente a permanência dos alunos.

Outro ponto relevante refere-se à origem educacional dos estudantes. A defasagem acumulada no ensino básico, marcada por falhas na formação leitora, escritora e matemática, dificulta a adaptação ao ritmo e às exigências do ensino superior. Como aponta Dias Sobrinho (2003), a universidade ainda mantém uma lógica meritocrática e seletiva, que desconsidera as trajetórias desiguais dos estudantes e reforça práticas que produzem exclusão simbólica e material. Nesse sentido, muitos ingressam sem o domínio de competências essenciais para acompanhar as disciplinas, o que alimenta o ciclo da evasão silenciosa e progressiva.

Nesse sentido, a relação entre as dimensões internas e externas é indissociável. A ausência de programas institucionais de acolhimento e tutoria, por exemplo, potencializa os efeitos negativos da vulnerabilidade socioeconômica. Igualmente, a falta de diálogo entre os currículos e a realidade vivida pelos estudantes contribui para o desinteresse e a perda de sentido na formação. Dessa forma, combater a evasão requer uma abordagem sistêmica que ultrapasse a responsabilização individual do aluno e considere os múltiplos determinantes que influenciam sua trajetória acadêmica.

Assim, as IES devem se comprometer com ações que vão além da oferta de conteúdo acadêmico, criando ambientes de escuta ativa, reconhecimento das diversidades, valorização das histórias de vida dos estudantes e flexibilização dos processos pedagógicos. A promoção de bolsas de permanência, auxílio alimentação, políticas afirmativas, formação continuada de docentes e redes de apoio emocional

são estratégias que contribuem significativamente para reduzir a evasão e promover a equidade no ensino superior. Em síntese, compreender os fatores internos e externos que interferem na permanência estudantil é fundamental para a construção de uma universidade mais democrática, justa e comprometida com a transformação social.

3.3 Políticas Públicas e Estratégias Institucionais para Enfrentar a Evasão no Ensino Superior

O enfrentamento da evasão no ensino superior exige mais do que a compreensão de seus fatores causais; requer também a adoção de políticas públicas articuladas a estratégias institucionais efetivas e contextualizadas, capazes de promover a permanência e o sucesso dos estudantes ao longo de sua trajetória acadêmica. Nesse sentido, a evasão deve ser entendida não como uma falha exclusiva do indivíduo, mas como expressão de um conjunto de fragilidades estruturais que demandam intervenção sistemática por parte do Estado e das instituições de ensino superior (IES).

Historicamente, o Brasil vem adotando iniciativas que buscam ampliar o acesso à educação superior, como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e as políticas de cotas estabelecidas pela Lei nº 12.711/2012. Tais ações foram decisivas para diversificar o perfil do estudante universitário, favorecendo o ingresso de jovens de baixa renda, oriundos da escola pública, pessoas negras, indígenas e com deficiência. Contudo, como destacam Santos e Almeida (2016), o acesso, embora necessário, não garante a permanência, sendo indispensável implementar políticas voltadas ao acompanhamento, à assistência estudantil e à inclusão acadêmica, cultural e social desses sujeitos.

Do ponto de vista institucional, a criação de Programas de Apoio à Permanência Estudantil (PAPE), que envolvam bolsas de auxílio financeiro, monitoria, apoio psicológico, tutoria acadêmica e ações de integração universitária, tem se mostrado eficaz na redução dos índices de evasão. Tais programas devem considerar o perfil heterogêneo dos estudantes, respeitando suas trajetórias de vida, suas condições materiais e seus desafios de aprendizagem. A personalização do acompanhamento, por meio de núcleos de apoio pedagógico e ações interdisciplinares, contribui significativamente para que o estudante desenvolva sentimentos de pertencimento, engajamento e autonomia acadêmica.

Outro aspecto fundamental é a formação continuada de docentes para a adoção de metodologias ativas e inclusivas, capazes de promover ambientes de aprendizagem mais significativos, interativos e democráticos. A pedagogia universitária, muitas vezes centrada em práticas tradicionais e expositivas, precisa ser revista à luz das demandas contemporâneas. Como argumenta Freitas (2017), práticas pedagógicas

que valorizam a escuta, a diversidade de saberes e a interdisciplinaridade favorecem a construção de vínculos afetivos e cognitivos com o processo de formação, impactando positivamente nos índices de retenção.

Ademais, destaca-se a importância da gestão acadêmica baseada em dados e indicadores de permanência, que permita às IES monitorar os fatores de risco para evasão de forma preventiva. Sistemas de informação acadêmica, associados a instrumentos de avaliação institucional, possibilitam a identificação de estudantes em situação de vulnerabilidade, permitindo a elaboração de intervenções precoces, como a readequação de carga horária, reforço em disciplinas críticas, programas de mentoria e flexibilização de trajetórias formativas.

Por fim, é essencial reconhecer que a evasão é uma expressão das desigualdades sociais e educacionais que marcam a realidade brasileira. Assim, políticas públicas de combate à evasão devem estar articuladas a outras políticas estruturantes de combate à pobreza, ao racismo, ao capacitismo e às desigualdades regionais. A universidade, nesse cenário, assume o papel de instituição social transformadora, cuja missão não se limita à formação profissional, mas se estende à promoção da cidadania, da equidade e da justiça social.

Portanto, enfrentar a evasão no ensino superior requer um pacto coletivo entre gestores, docentes, estudantes, órgãos públicos e a sociedade civil. Esse pacto deve estar alicerçado em práticas de acolhimento, escuta ativa, gestão democrática, financiamento estudantil e inovação pedagógica, tendo como horizonte uma universidade inclusiva, diversa, humanizada e socialmente comprometida.

3.4 Impactos da Evasão no Ensino Superior: Perspectivas Individuais, Institucionais e Sociais

A evasão no ensino superior, além de constituir uma manifestação das desigualdades sociais e das fragilidades do sistema educacional, gera impactos significativos que se desdobram em diferentes esferas: individual, institucional e societal. Sua ocorrência, quando não compreendida de maneira sistêmica e estratégica, compromete o potencial de transformação que a educação superior pode exercer na vida dos sujeitos e no desenvolvimento de uma nação.

Do ponto de vista individual, a evasão representa uma ruptura na trajetória de formação acadêmica e profissional do estudante. Essa interrupção pode resultar em frustração, sentimentos de fracasso, baixa autoestima e desmotivação em relação ao retorno à vida acadêmica. Como destacam Cunha e Moraes (2018), para muitos jovens, sobretudo aqueles provenientes de contextos sociais mais vulneráveis, o ingresso no ensino superior é resultado de uma conquista significativa, muitas

vezes acompanhada de renúncias familiares e econômicas. Quando essa trajetória é interrompida, os efeitos não se limitam à dimensão educacional, mas reverberam na constituição da identidade pessoal e na perspectiva de futuro.

No âmbito institucional, a evasão compromete a sustentabilidade pedagógica, financeira e estratégica das Instituições de Ensino Superior (IES). Os índices elevados de evasão impactam diretamente indicadores de desempenho avaliados por órgãos como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), afetando, por consequência, a imagem institucional, o acesso a financiamentos e programas de incentivo, além da própria dinâmica de planejamento curricular e de gestão acadêmica. Conforme pondera Dias Sobrinho (2003), as instituições são corresponsáveis pela permanência dos estudantes, devendo estruturar-se para acolher, apoiar e acompanhar aqueles que apresentam dificuldades, tanto no desempenho quanto na adaptação ao contexto universitário.

Ademais, a evasão compromete a eficácia das políticas públicas de acesso ao ensino superior, especialmente aquelas que envolvem investimentos do Estado, como as bolsas do ProUni ou os financiamentos do FIES. O abandono dos cursos implica desperdício de recursos públicos e revela que, apesar dos avanços no acesso, há uma lacuna no acompanhamento efetivo dos estudantes, o que exige uma reformulação das estratégias de permanência, com foco na integralidade da formação e no suporte contínuo ao discente.

Em uma perspectiva macrossocial, a evasão acadêmica impede que a sociedade usufrua do pleno potencial da educação superior como mecanismo de promoção da equidade, da mobilidade social e do desenvolvimento sustentável. A não conclusão de cursos de graduação repercute negativamente no mercado de trabalho, reduzindo o número de profissionais qualificados disponíveis, o que pode agravar desigualdades regionais e frear o avanço de setores estratégicos da economia. Santos (2014) observa que, em um país marcado por profundas desigualdades sociais, a educação superior tem papel crucial na ruptura de ciclos intergeracionais de pobreza, sendo, portanto, um bem público cuja interrupção de acesso ou permanência representa uma perda coletiva.

Assim, reconhecer os impactos multiescalares da evasão no ensino superior é fundamental para ampliar o compromisso social da educação e promover intervenções que transcendam o campo educacional, dialogando com políticas de assistência social, saúde mental, empregabilidade e inclusão. A permanência dos estudantes na universidade deve ser tratada como um direito e uma prioridade estratégica, sendo imprescindível que o poder público e as IES atuem de maneira integrada para assegurar as condições necessárias à formação de sujeitos críticos, autônomos e comprometidos com a transformação de suas realidades.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A evasão no ensino superior, tema central desta pesquisa, desponta como uma das mais preocupantes e persistentes problemáticas enfrentadas pelas instituições de ensino no Brasil. Trata-se de uma realidade que compromete diretamente não apenas os indicadores educacionais, mas também os projetos de vida dos estudantes, os investimentos públicos e privados em educação e o desenvolvimento social do país. O aprofundamento teórico realizado permitiu identificar que a evasão não se manifesta de maneira homogênea; ao contrário, ela é resultado de um conjunto complexo e interdependente de fatores que afetam de forma diferenciada os estudantes, de acordo com seu contexto social, econômico, cultural e institucional.

Ao analisar os autores que embasam esta pesquisa, como Cunha (2007), Santos (2014) e Dias Sobrinho (2003), torna-se evidente que a evasão deve ser compreendida como um fenômeno estrutural e sistêmico, e não como um evento pontual ou de responsabilidade exclusivamente individual. Conforme Cunha (2007), é fundamental considerar os três grandes eixos explicativos da evasão: fatores institucionais, individuais e externos. Essa categorização permite uma compreensão mais ampla das variáveis que influenciam a permanência dos estudantes no ensino superior, destacando desde as falhas no acolhimento institucional até as pressões socioeconômicas enfrentadas fora da universidade.

Os dados estatísticos apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2016) reforçam esse diagnóstico, apontando que mais da metade dos estudantes que ingressam em cursos de graduação abandonam a formação antes da sua conclusão. Essa elevada taxa de evasão revela a fragilidade de políticas de permanência efetivas, especialmente nas instituições de ensino privadas e nos cursos noturnos, onde a maioria dos estudantes precisa conciliar trabalho, estudo e responsabilidades familiares, o que acentua os riscos de abandono escolar. Como destaca Santos (2014), muitos desses estudantes são os primeiros de suas famílias a ingressar no ensino superior, enfrentando barreiras simbólicas e emocionais de pertencimento ao espaço universitário.

Ademais, as análises revelam que a evasão atinge de forma ainda mais severa os estudantes oriundos da escola pública e das periferias urbanas e rurais, evidenciando o impacto direto da desigualdade social sobre as trajetórias educacionais. A ausência de uma cultura institucional voltada para o acolhimento e a permanência, aliada à precariedade dos serviços de apoio psicopedagógico, acentua o sentimento de isolamento e desamparo desses alunos. Como argumenta Dias Sobrinho (2003), a evasão é também expressão de um modelo educacional excludente, que muitas vezes reforça uma lógica meritocrática e desconsidera as especificidades e vulnerabilidades dos sujeitos que compõem o corpo discente.

Os estudos consultados apontam, ainda, para a necessidade de reformulação das práticas pedagógicas, com foco na construção de vínculos significativos entre estudantes e professores, na flexibilização curricular e no incentivo ao protagonismo estudantil. A OCDE (2015) destaca que as instituições de ensino superior precisam se adaptar às novas demandas de seus públicos, oferecendo uma formação mais contextualizada, interdisciplinar e conectada com as exigências do mundo do trabalho e da vida em sociedade.

A literatura evidencia, portanto, que o enfrentamento da evasão exige um compromisso institucional com a inclusão educacional, com políticas de assistência estudantil ampliadas, programas de tutoria e mentoria, desenvolvimento docente contínuo e uma gestão acadêmica sensível às diversas realidades dos estudantes. Além disso, é essencial que haja articulação com políticas públicas em nível estadual e federal, a fim de garantir equidade nas condições de acesso e permanência.

Dessa forma, os resultados deste estudo apontam para a urgência de um novo paradigma na educação superior, que reconheça a evasão não como uma fatalidade ou uma escolha individual, mas como um desafio coletivo, que deve ser enfrentado com estratégias planejadas, integradas e sustentáveis. Superar esse cenário implica, sobretudo, valorizar o estudante como sujeito de direitos, respeitar sua trajetória e construir, com ele, caminhos possíveis para uma formação cidadã, crítica e emancipatória.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evasão no ensino superior brasileiro constitui uma temática recorrente e urgente, cujos impactos transcendem os limites da sala de aula e repercutem diretamente sobre o desenvolvimento social, econômico e cultural do país. O presente estudo bibliográfico possibilitou compreender a evasão como um fenômeno multifatorial, que resulta da confluência de fatores institucionais, pedagógicos, sociais e econômicos, e que requer abordagens amplas, articuladas e comprometidas com a permanência estudantil e a democratização do acesso à educação superior.

A análise dos aportes teóricos revelou que o abandono dos cursos de graduação não deve ser interpretado como um fracasso exclusivo do estudante, mas sim como reflexo das desigualdades históricas que atravessam o sistema educacional brasileiro. Fatores como a insuficiência de políticas de apoio acadêmico e psicossocial, a rigidez curricular, a falta de acolhimento institucional e as dificuldades financeiras enfrentadas pelos estudantes, sobretudo aqueles provenientes das camadas populares, revelam as múltiplas barreiras que comprometem a trajetória acadêmica de milhares de jovens no país.

A evasão não representa apenas a interrupção de um processo formativo individual; ela também simboliza a perda de potencial humano e o enfraquecimento do compromisso coletivo com a educação como um direito social. A superação dessa problemática exige, portanto, o fortalecimento de estratégias de permanência, que envolvam desde a reestruturação das práticas pedagógicas até a criação de políticas públicas de assistência estudantil que garantam condições reais de continuidade acadêmica.

Nesse contexto, reafirma-se a importância de que as instituições de ensino superior adotem uma postura mais sensível às necessidades dos estudantes, desenvolvendo ações de escuta ativa, acompanhamento individualizado e integração entre ensino, pesquisa e extensão, de forma a tornar o ambiente universitário mais acolhedor, acessível e comprometido com a diversidade. A implementação de práticas inclusivas, aliadas a mecanismos de apoio emocional e pedagógico, pode representar um diferencial significativo na redução dos índices de evasão.

A elaboração deste artigo, enquanto produção acadêmica, emerge do compromisso da autora em contribuir para o debate em torno da permanência estudantil no ensino superior. Mais do que um exercício teórico, este trabalho representa um posicionamento ético e político em defesa de uma universidade pública, democrática e socialmente referenciada, na qual cada estudante tenha não apenas o direito de entrar, mas, sobretudo, as condições concretas de permanecer e concluir sua formação com qualidade.

Assim, espera-se que os achados aqui discutidos possam fomentar novas reflexões, subsidiar práticas educativas mais inclusivas e incentivar a construção de políticas institucionais pautadas na equidade e no cuidado com o percurso formativo dos discentes. O enfrentamento da evasão demanda responsabilidade compartilhada e ações coletivas que assegurem o pleno desenvolvimento dos estudantes, reafirmando o papel transformador da educação superior na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Resumo Técnico:** Taxas de permanência e evasão no Ensino Superior. Brasília: INEP, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/educacao-superior/taxas-de-evasao-no-ensino-superior-sao-divulgadas>. Acesso em: 27 set. 2025.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade temporã:** o ensino superior da Colônia à era do governo Lula. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da educação superior:** democratização, qualidade e regulamentos. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2014.